



<b>Bolsas</b> Na quinta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na quinta-feira	<b>Salário mínimo</b> R\$ 1.412	<b>Euro</b> Comercial, venda na quinta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,95% São Paulo	136.888 26/8	R\$ 5,623 (+ 1,22%)	Últimos 23/agosto 5,479 26/agosto 5,479 27/agosto 5,502 28/agosto 5,555	R\$ 6,229	10,40%	10,52%	Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38 Maio/2024 0,46 Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38

## CONTAS PÚBLICAS

# Governo envia hoje Orçamento de 2025

Com servidores do Tesouro Nacional em greve desde o início do mês, ministérios da Fazenda e do Planejamento apertam o passo para darem conta de cumprir o prazo legal para entrega das previsões de receitas e gastos do ano que vem

» ROSANA HESSEL

Em meio a uma forte queda de braço entre servidores do Tesouro Nacional e da Controladoria-Geral da União (CGU) com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), técnicos da equipe econômica enfrentam um verdadeiro caos, nesta semana, para concluir o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025.

Por força da Constituição, o prazo para o envio do Ploa para o Congresso Nacional termina hoje, já que a data-limite prevista, 31 de agosto, cai em um sábado. Segundo informação do Ministério do Planejamento e Orçamento, a equipe econômica conseguirá entregar a peça ainda hoje, mas à noite, em cima do laço. Por causa do atraso, a entrevista coletiva com detalhamento da proposta só será realizada na segunda-feira.

“A elaboração do Ploa está dando bastante trabalho de última hora para as equipes. Tendo em vista o prazo legal, é possível que saia incompleto, só para cumprir essa exigência legal, para acertos posteriores”, comentou ao **Correio** Rudinei Marques, presidente da Unacon Sindical — entidade que representa os servidores das duas categorias do Tesouro e da CGU.

Ele recorda que isso já ocorreu anteriormente. Em 2022, por exemplo, devido à operação padrão e greve do funcionalismo, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2023 foi protocolado incompleto. O envio ao Congresso se deu na quinta-feira, sem a divulgação de números e cálculos previstos, pois a data-limite, 15 de abril, caía em uma sexta-feira santa. Na

Washington Costa



A greve da carreira de Finanças e Controle, que inclui servidores da Secretaria do Tesouro Nacional, prejudicou a elaboração do Ploa de 2025

ocasião, o então Ministério da Economia, Paulo Guedes, só detalhou o documento aos jornalistas na segunda-feira seguinte.

Além da operação padrão de técnicos da área econômica que ajudam nos cálculos, como os do Tesouro, vários ministérios enviaram os dados bem em cima do prazo e à noite. E, como os técnicos da área de Orçamento precisam refazer todos os cálculos sempre que chega algum novo dado de um órgão ou ministério, está cada vez mais complicado

concluir o documento e, ainda, submetê-lo ao Palácio do Planalto em tempo hábil.

### Impasse salarial

Em mais uma Assembleia-Geral Extraordinária, os auditores e técnicos federais de finanças e controle, realizada na quarta-feira, os servidores decidiram pela manutenção da greve e operação padrão após, na véspera, o MGI solicitar para a Unacon Sindical “uma reavaliação da negativa em

relação à proposta apresentada à carreira que previa reajustes de 11% a 23%”. “No entanto, os servidores mantiveram sua decisão, já que consideram a proposta insuficiente. Não houve previsão de nova deliberação sobre o assunto”, acrescentou a nota do sindicato.

De acordo com Marques, o impasse continua e o MGI ameaçou deixar quem não fizer acordo fora da dotação orçamentária que precisa ser enviada, o quanto antes, para o fechamento do

Ploa do ano que vem. “Nós pedimos que o Regimento da Mesa de Negociação seja observado e nomeado um mediador para o impasse”, afirmou.

Em um ofício enviado pelo MGI ao sindicato enviado ao **Correio**, a Secretaria de Relações do Trabalho “reconheceu que o diálogo transcorreu em respeito aos princípios de respeito mútuo e da boa-fé, porém lamenta a impossibilidade de alcance, neste momento, do consenso pretendido”. Contudo, o prazo-limite

dado pelo órgão para o fim das negociações era às 12h de ontem, e, assim, as categorias ficariam sem acordo de reestruturação salarial.

Seremos a única carreira, de 1 milhão e 200 mil servidores, a não nos submeter à humilhação do secretário Feijóo. O processo de negociação beirou o assédio institucional. Mesmo quem fechou acordo está saindo magoado. Em nosso caso, seguimos com a greve e com a operação padrão máxima, e vamos judicializar a entrega de mais de 500 cargos na CGU e na STN”, acrescentou Marques.

### Novo acordo

Até ontem, o MGI havia firmado acordo com 45 categorias nas mesas de negociação específicas. Os últimos, assinados ainda ontem, ocorreu com as entidades sindicais representantes dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com os servidores da área de infraestrutura.

De acordo com a pasta, a reestruturação remuneratória da Carreira do Seguro Social ocorrerá em duas etapas, a primeira em janeiro de 2025, e a segunda, em abril de 2026. Essa reestruturação prevê ampliação da tabela remuneratória, passando de 17 para 20 padrões, com cinco padrões por classe; acréscimo de três padrões na classe inicial da tabela; reajuste da remuneração de ingresso na carreira, a partir dos padrões iniciais e majoração da Gratificação de Desempenho de Atividades do Seguro Social (GDASS). Outro ponto previsto no acordo é a regulamentação do Comitê Gestor da Carreira, a partir de outubro de 2024.

## IMPOSTOS

# Taxação das big techs deve render R\$ 5 bi

» RAFAELA GONÇALVES

O Ministério da Fazenda pretende enviar, ainda neste semestre, ao Congresso, uma proposta de taxação das big techs, grandes empresas de tecnologia. Gigantes do mercado como Google, Amazon, Apple e Meta (dona de Facebook, Instagram e WhatsApp) são o alvo da nova tributação. Uma das opções ventiladas é o aumento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o mesmo tributo cobrado dos combustíveis.

O secretário executivo da pasta e número dois do ministro Fernando Haddad, Dario Durigan, não deu detalhes sobre como seria feita a taxação, mas afirmou que o tema representa um dos pilares de recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ele afirmou

ainda que o texto tramitará de forma separada do projeto de lei do Orçamento de 2025, que será enviado na sexta-feira ao Legislativo.

O fórum internacional propõe a taxação mínima de 15% das multinacionais pelos países onde elas atuam, com potencial de arrecadar US\$ 200 bilhões por ano em todo o planeta. Países como Japão e Coreia do Sul começaram a adotar a tributação.

No Brasil, a expectativa é de que uma possível taxação das big techs possa render cerca de R\$ 5 bilhões em arrecadação adicional no próximo ano. “Há um movimento global para tributar as maiores empresas de tecnologia, também conhecidas como big techs. O objetivo é garantir que as gigantes de tecnologia paguem uma parcela das receitas auferidas nos países que

Washington Costa



O secretário executivo da Fazenda, Dario Durigan, disse que a taxação de big techs segue recomendação da OCDE

operam, mas que não tenham presença física ou pessoa jurídica de direito privado constituída no país”, destacou André Félix Ricotta de Oliveira, presidente da Comissão de Direito Tributário e Constitucional da OAB/SP.

Segundo ele, a tributação pode ser implementada de várias

maneiras, uma delas é seguir as diretrizes estabelecidas pela OCDE. “A organização propõe dois pilares para a tributação da economia digital. O Pilar um, que estabelece a retribuição de lucros e direitos de tributação, permitindo que países onde as big techs têm usuários e geram receita

possam tributar uma parte dos lucros dessas empresas; e o Pilar dois, que visa definir uma alíquota mínima global de imposto corporativo para evitar a erosão da base tributária e a transferência de lucros para jurisdições de baixa tributação”, explicou.

“Se a OCDE estabelecer uma

alíquota mínima global de 15%, o Brasil deve criar esse tributo para garantir que as big techs paguem em sua jurisdição esse mínimo de 15% sobre as receitas auferidas aqui. Se o Brasil não o fizer, esse valor irá para os países que estão situadas as controladoras das big techs”, afirmou Oliveira.

Fontes consultadas pelo **Correio** afirmam que pode haver pelo menos quatro frentes de investida abertas pelo governo para tentar tributar os gigantes da tecnologia: a cobrança por uso de redes (o chamado “fair share”), aumento no Imposto de Renda (IR), tributo sobre streaming e até uma contribuição para o jornalismo, em razão do ecossistema de informação.

As gigantes de tecnologia alemãs que já pagam impostos no Brasil, principalmente nos contratos de publicidade feitos com empresas brasileiras.